

A DEMOCRACIA DAS NAÇÕES SUBMETIDAS ÀS ESTRATÉGIAS MUNDIAIS DE HEGEMONIA POLÍTICO-ECONÔMICAS

Leonardo Alejandro Gomide Alcântara
(Mestrando pelo PPGSD/UFF)



A Liberdade guian do o povo, 1830, Eugène Delacroix, disponível em <http://www.pintoresfamosos.com.br/?pg=delacroix>

RESUMO

Partindo do apontamento bastante generalizado entre os teóricos, de que a democracia no cenário atual, é um caminho necessário para garantir o pluralismo característico da contemporaneidade, o presente estudo pretende uma análise breve e reflexiva de algumas concepções do sistema democrático. Sem remeter profundamente à história ou buscar abarcar infundáveis teorias, propõe-se uma abordagem crítica do modelo atual confrontando-o com algumas propostas que se mostram mais condizentes com a realidade vivida, numa perspectiva de atender os anseios éticos e políticos da sociedade.

ABSTRACT

Beginning of annotation quite generalized among the theorists, that the democracy in the present scenery is a necessary way to warrant the characteristic pluralism of contemporary time, the present study intent a brief and reflexive analysis of some conceptions about the democratic system. Without remit deeply to the history or search grasp unending theories, it propose a critical board of present model confront with some proposes that show more suitable with the vivid reality, in a perspective of attend the ethics and political desires of society.

INTRODUÇÃO

Uma sombra projeta-se sobre as tradicionais estruturas de poder. Incerteza, desconfiança, desesperança e desilusão obscurecem a credibilidade outrora depositada na maneira como se conduzia o poder das nações democráticas. A própria democracia majoritária representativa, a república, o sufrágio universal e principalmente os políticos, vêm sendo, motivadamente, alvo de críticas e desprezo.

O presente estudo tem como escopo fazer uma abordagem crítica sobre a atual democracia e cidadania no contexto das nações submetidas às estratégias mundiais de hegemonia político-econômica. Focando o conjunto de vistas que retratam a sociedade contemporânea, ressalta-se o expansionismo neoliberal como carro chefe de uma globalização que, dentre várias conseqüências, desconfigurou, de certa forma, a ordem internacional estabelecida, centrada em princípios como a territorialidade, a soberania, a autonomia e a legalidade que embasavam a idéia de Estado-Nação¹. Dada uma competição desenfreada dos mercados por melhores vantagens, houve uma flexibilização, uma abertura das fronteiras territoriais para possibilitar um maior fluxo do capital. Isso possibilitou uma nova ordem econômica que se tornou o vetor determinante da ordem social. *“Fixar-se ao solo não é tão importante se o solo pode ser alcançado e abandonado à vontade, imediatamente e em pouquíssimo tempo”*.²

O mundo ultra-dinâmico das tecnologias atuais tem como característica marcante o paradoxo. De um lado um sistema de normas ditados anti-democraticamente, atendendo uma elite global, pouco sensíveis aos problemas socioambientais que afloram em várias partes do globo. De outro, ao contrário desse processo de globalização que vem “por cima”, caracterizado pela hegemonia neoliberal e pela política dominante; há um que vem “por baixo”, representado por uma resistência a essa ideologia que se configura por fortes traços de uma democracia global, com bases na solidariedade entre povos e nações e na visão do ser humano como um todo³.

A conseqüente desestabilização das identidades nacionais, tradicionalmente fulcradas no territorialismo, na soberania, na homogeneidade cultural, na autonomia política, na legalidade e numa identidade territorial e social definida, que representavam os alicerces da tradicional democracia e cidadania; gerou uma *“multiplicidade de novas identidades e solidariedades coletivas sub-nacionais e supranacionais”*⁴. A sociedade atual se configura como uma sociedade pluralista, multicultural e midiática⁵, onde a diversidade étnica, religiosa, de estilos de vida e de visão de mundo, se afloram numa explosão de movimentos, como os ambientalistas, os feministas, os homossexuais, entre muitos outros que buscam e reivindicam

reconhecimento, trazendo uma gama de propostas que se sustentam pela razão e pela ética; e que, a sociedade tradicional não concebe por sua moral ou não comporta em sua estrutura política, indo muito além do ímpeto leigo e laico da república e sua estrutura de governo.

Nesse estudo, essencialmente teórico, parte-se de alguns traços da sociedade contemporânea confrontando-os com os modelos democráticos convencionais, com propostas de aperfeiçoamento democrático e de uma “nova” democracia. Sem a pretensão de encerrar o assunto ou apresentar soluções geométricas, o texto traz uma breve reflexão acerca da democracia vivida e sobre o pensamento de alguns autores e suas propostas.

A VISÃO DE TOCQUEVILLE

Aléxis de Tocqueville (1805-1859), um aristocrata francês de grande atividade política, desenvolveu em uma viagem para os Estados Unidos, um importante estudo sobre a democracia daquele país, sua célebre obra **A Democracia na América**. A perspectiva de Tocqueville sobre democracia traz elementos relevantes para uma análise contemporânea dos princípios democráticos contextualizados historicamente.

Primeiramente, Tocqueville concebe a história em suas construções, realizações e “grandes feitos” compelida por uma força oculta, para além da racionalidade e das decisões humanas, que corresponderia aos “costumes”, ou seja, as experiências práticas, os hábitos, as tradições, o que percorre as gerações de um determinado grupo humano situado espacial e temporalmente. Nessa perspectiva ele projeta que ao se tornarem mais avançadas culturalmente – cientificamente, tecnicamente, eticamente etc. – as sociedades tenderiam a uma maior igualdade entre as classes e os indivíduos⁶.

Ao analisar as sociedades tradicionais que se baseavam na propriedade da terra e numa hierarquia forte e bem determinada como nas sociedades feudais, ele observava que dentro da desigualdade que havia, os direitos e as liberdades eram bem estabelecidos. Havia um jogo de equilíbrio entre as instituições, clero, nobreza, tribunais, burgos, que limitavam todos os poderes, inclusive os do rei através do respeito à tradição.

As opiniões e os costumes erigiam barreiras poderosas em torno do poder real. A religião, o amor dos súditos, a bondade dos príncipes, a honra, o espírito da família, os preconceitos de província, o costume e a opinião pública limitavam o poder dos reis e encerravam em um círculo invisível sua autoridade. Então as constituições eram despóticas, e os costumes livres. Os príncipes tinham o direito, mas não

*a faculdade, nem o desejo de tudo fazer*⁷

Na instauração das democracias, onde havia uma pretensa igualdade, esses vínculos consagrados entre os indivíduos e as forças secundárias – clero, nobreza etc. – eram debilitados ou rompidos. A necessidade de se satisfazer a todos de forma semelhante criava um poder cuja missão era impossível, mas a força irresistível. Tocqueville previa que se investia numa autoridade despótica, que apenas mudara o nome – de rei para povo – o poder da maioria frente à minoria é ilimitado, é onipotente, e configura a tirania moderna a “tirania da maioria”.⁸

*Os príncipes tinham por assim dizer, materializado a violência; as repúblicas democráticas atuais tornaram-na tão intelectual quanto a vontade humana, que almeja sujeitar No regime absoluto de um só, o despotismo, para chegar a alma, violentava grosseiramente o corpo; e a alma, escapando aos golpes, elevava-se gloriosa acima dele; mas, nas repúblicas democráticas, não é assim que procede a tirania; deixa de lado o corpo e vai direto a alma. O mestre não diz mais: ‘Pensarás como eu ou morrerás’; mas diz: ‘És livre de não pensar como eu; a vida, os bens, tudo te é assegurado, mas deste dia em diante, és um estrangeiro entre nós. Os privilégios da cidadania são mantidos, mas tornar-se-ão inúteis; pois se busca o voto de teus concidadãos não o darão, se só pedes a estima, farão como se recusassem. Restarás entre os homens perdendo o direito a humanidade... Vai em paz, deixo-te a vida, mas torno-a pior do que a morte’*⁹

A pertinente análise de Tocqueville quanto ao perigo da “tirania da maioria” nas democracias modernas, encontrava no caminhar sucesso dos EUA como “sociedade democrática” da época, três fatores que na sua visão poderiam conter a possibilidade dessa tirania: O maior obstáculo ao despotismo estaria na democracia comunitária que se configura no princípio federativo, onde os estados possuem autonomia diante do poder federal, o que na realidade americana da época era a tradição do auto-governo da comuna, uma herança inglesa. O segundo ponto se dá através da liberdade de imprensa “Num país em que reina ostensivamente o dogma da soberania popular, a censura não é somente um perigo, é um absurdo”, afirmando amar a liberdade de imprensa não pelos bens que causa, mas pelos males que impede.¹⁰ O terceiro ponto, também herança inglesa, é o da livre associação de indivíduos, independente de permissão da autoridade, que possibilitava a uma minoria constatar sua força, ou suscitar e descobrir os argumentos mais apropriados a impressionar uma maioria. A livre

associação tinha fins persuasivos e coletivos, sobretudo pacíficos e legais¹¹.

Tocqueville via condições distintas na França da Revolução. Ao contrário da sociedade americana onde ele constatava uma transição harmoniosa com uma Constituição para equilibrar os poderes do povo e das elites que já se encontravam em suas vidas sociais homogêneas, na França o republicanismo autoritário impunha pela força uma “sociedade artificial” onde a tradição feudal não forneceu os “costumes” apropriados¹².

Na análise de seu livro **Antigo Regime e Revolução**, ele aponta que essa tradição feudal entre os séculos XVI e XVIII se mostrava mais uma fachada onde o despotismo estava sendo construído pela realeza, que somava cada vez mais os poderes. Essa constante centralização do poder, na percepção de Tocqueville, é que originou a Revolução Francesa e não o contrário. Embora a aristocracia, nobres e eclesiásticos desfrutassem todas as benevolências e honrarias, havia cada vez mais um corpo de profissionais que exerciam toda a administração sob o olho do Rei e excluía as forças secundárias que equilibravam o poder, “o Conselho do Rei”¹³. Ou seja o aparelho governamental centralizado já existia e foi transferido do monarca para a “assembléia soberana”, afirmando que revolução herdou muito de suas formas do “antigo regime”.

*Entretanto, a Revolução, por mais radical que tenha sido, inovou menos em geral do que se supõe...É verdade que ela destruiu inteiramente ou está a caminho de destruir (pois ela dura ainda), tudo da antiga sociedade que decorria das instituições aristocráticas e feudais.... Não se pode dizer de modo algum que a revolução tenha sido de modo fortuito. Embora tenha por certo surpreendido o mundo, foi apenas um complemento de um longo labor, apenas o término repentino e violento de uma obra na qual dez gerações de homens trabalharam. Ainda que a revolução não ocorresse o velho edifício social desmoronaria mais cedo ou mais tarde em toda parte. A única diferença estaria em que teria continuado a cair peça por peça, ao invés de ser derrubado de um só golpe.*¹⁴

Tocqueville critica severamente os intelectuais iluministas e seus modelos geométricos, racionais que aplicados à política se viram violar um a um de seus princípios – liberdade por opressão e repressão, igualdade por vantagens e privilégios políticos dos “novos poderosos”, fraternidade por genocídio e terror – ao buscar “reinventar a humanidade do zero”.¹⁵

Mas, o mais importante em Tocqueville para a nossa análise, retornando ao “*Democracia na América*”, encontra-se conforme o professor Jacques Rancière, na dialética de que: “o casamento da liberdade de empreendimento com

a liberdade política” ocasionava o surgimento de um despotismo imperceptível. Enquanto os homens cuidavam livremente de seus negócios e prazeres privados, tornavam-se alheios e apáticos aos assuntos do Estado que estavam cada vez mais aos encargos dos “homens competentes”. Os profissionais cuidam da política e os cidadãos vivem livremente seus prazeres, sem perceber que o poder lhes esta sendo confiscado.

Se os cidadãos continuam a encerrar-se cada vez mais estreitamente no pequeno círculo de seus interesses domésticos ...Tremo, confesso, ante a idéia de que se deixem possuir de tal maneira por um amor lasso pelos prazeres presentes, que desapareça o interesse por seu próprio futuro e pelo de seus descendentes e que prefiram seguir molemente o curso do destino a fazer-se necessário um súbito e energético esforço para endireita-lo.¹⁶

Essa breve análise nos fornece o alicerce para um estudo das propostas e modelos de democracia atuais, bem como da crítica à democracia tradicional no mundo de hoje.

A TRADIÇÃO DO PODER

Primeiro, enquanto Karl Marx nos apontava a “História como a História das lutas de classes”, onde o capitalismo se traduziu numa violenta exploração do homem sobre o homem e num inafastável conflito entre as classes, Tocqueville, conforme visto, apontava que com o avanço da sociedade haveria uma tendência à maior igualdade entre as classes e os indivíduos. De fato isso não ocorreu, prevalecendo a visão marxista, histórico materialista, da exploração e da guerra de classes.

Marx concebia a relação da produção capitalista, como uma relação de exploração. De forma breve, os donos dos meios de produção exploravam os trabalhadores assalariados através da compra de sua força de trabalho por um determinado tempo, atribuindo a essa “força de trabalho” um valor (salário). Os gastos da produção (salário, matéria-prima, manutenção das máquinas etc.) que comparado aos valores obtidos na venda dos produtos seriam muito menores (lucro), corresponderiam a uma parcela ínfima do tempo do trabalhador, que comparado ao lucro deveria ter um valor muito maior, para que esse trabalhador não trabalhasse de graça a maior parte de seu tempo. Essa relação Marx denominou de “mais valia”, que estava presente em toda produção capitalista. Essa condição colocava em cheque a democracia formal para Marx que não era capaz de sanar esse impasse. Para que essa relação se tornasse justa, numa realidade de exploração desumana, ele

concluiu que os meios de produção deveriam ser socializados, o Estado deveria tomá-los e torná-los comuns, distribuindo o resultado de uma produção cada vez maior para toda sociedade que poderia desfrutar de mais tempo e menos trabalho, já que todos trabalhariam uma parcela de tempo mais ou menos equivalente e viveriam em condições semelhantes. Para esse paraíso social, os trabalhadores deveriam se organizar e tomar o poder do Estado, através de uma revolução, e implementar o ideal socialista.¹⁷

A idéia racionalizada de Marx, de uma sociedade ideal, encontrou tentativa de materialidade nas revoluções socialistas do século XX. Embora estas tenham se dado em um “meio” que Marx não considerava o ideal – a revolução ocorreu em países de industrialização tardia – mais uma vez os “ideais” se viram contrariar um a um de seus postulados, lançando milhões de pessoas para a morte e se transformando em um totalitarismo que ostentava inúmeros problemas, dentre eles, a desigualdade e outras formas de exploração.

Esse modelo sucumbiu com a queda da URSS e o fim da Guerra Fria, enquanto a realidade dos países que não eram comunistas, principalmente na Europa, foi se reconfigurando, modificando em muitos aspectos as relações de exploração e condições de vida, demonstrando um razoável otimismo. A democracia majoritária tradicional, passa a ser o modelo político predominante, apresentando-se a serviço de uma dominação capitalista global, predatória e insustentável, que exacerba as condições de desigualdade e põe em risco o equilíbrio ecológico do planeta, ameaçando uma gama infundável de seres humanos e outras formas de vida. Mas essa democracia, no cenário global que se apresenta, do consumismo e do individualismo, embora não seja condizente com a própria palavra – “falsa democracia do consumo” – ainda se apresenta com menos problemas do que os regimes explicitamente totalitários.

Mas a crítica e o pensamento marxista, continuam, sobretudo na denuncia dessa sociedade de consumo e no individualismo democrático. E, é nesse ponto que a análise de Tocqueville se torna mais condizente. Ainda que ele acreditasse numa existência harmoniosa entre o capitalismo e a democracia e no avanço da sociedade tendendo a maior igualdade (o que a realidade não confirmou), por outro lado ele profetizou a “perversão democrática da sociedade de consumo” e o totalitarismo mascarado que ela representa – conforme visto também – na medida que os homens se abstém da “vida política” e mergulham com avidez em seus prazeres “sempre novos e destruidores do bem-comum”.

Tocqueville constatou que o mundo igualitário seria necessariamente individualista. Com o

rompimento dos laços aristocráticos de família e de comunidade, os indivíduos dependiam, mais e mais, para sobreviver do seu esforço individual num mundo de trabalho e competição que os aprisionava na esfera privada e gerava a apatia e a alienação na prática da política. Outra constatação de sua interpretação da história são os traços de continuidade existentes nos períodos pré e pós revoluções, ele percebia que mudanças efetivas se davam mais por condições do meio, de um leito apropriado, do que por projetos idealizados, impostos de cima para baixo.

Uma reflexão para o atual sistema político e sua estrutura é motivo para muita desilusão, o que não é novidade. Toda a estrutura: o Estado-república, os três poderes, a democracia majoritária, a representatividade, os partidos políticos, o sufrágio universal, as campanhas eleitorais, os políticos, o parlamento, o senado, a Direita e a Esquerda, enfim toda a “velha” estrutura, que se diz garantir um regime democrático, parece ser subserviente aos desmandos da elite que age através do Estado coator. A falsa idéia propagada de que essa estrutura garante a democracia, já encontrava em Tocqueville posicionamento contrário; e, confrontada com a realidade do neoliberalismo, conforme o professor David Graeber, temos o maior sistema totalitário da história que é capaz de subjugar tudo e qualquer coisa que tocar¹⁸.

Quanto à tradição partidária do modelo representativo, seja ela pluripartidarista ou bipartidarista, observa-se uma verdadeira luta pelo poder e pela sua perpetuação. Primeiro – de uma forma muito simplista e sem pretensão de abarcar toda a realidade – para atingir esse poder há uma lógica perversa. Se pegarmos como exemplo o Brasil, onde o dinheiro para as campanhas pode vir de instituições privadas e há uma evidente comercialização das campanhas, percebemos, para além disso e em qualquer outro lugar, que as alianças são fundamentais para a conquista do poder e para a governabilidade, essas alianças se dão não apenas com outros partidos, mas com a elite, com empresas, bancos etc. Nessas alianças uma pureza ideológica fica comprometida por si só. Mas, uma vez que um dos determinantes para se atingir o poder está nas propagandas de campanha, e quem possuir mais dinheiro faz mais propaganda (*que é a alma do negócio*); o dinheiro vindo de entidades privadas não oferece garantias de que não haverá uma contrapartida, uma espécie de contrato que amarra e direciona (excluindo-se aí os favorecimentos pessoais de uma corrupção patológica que assola nosso país, limitando aos interesses da governabilidade). Dessa forma os princípios que um possível político altruísta poderia ter como motivo para tentar se eleger, seriam abandonados.

Por outro lado, esse dinheiro de campanha

poderia ser público, o mínimo necessário, mas mesmo assim as alianças deverão existir para a governabilidade e se determinado partido contrário aos interesses dos dominantes resolve, na figura de seu candidato, desafiar o capitalismo e os mandos do mercado internacional, ele terá de fazê-lo presidindo um Estado policial autoritário e conforme a realidade que Fidel, Aristides, entre outros nos mostra, é ainda pior.

Além do mais, a realidade nos mostra também que tanto a Direita quanto a Esquerda no poder são a mesma coisa com “roupas” diferentes, são o “poder”. Cada vez mais se percebe que tomar o poder do Estado não é uma maneira de vencer o capitalismo ou de mudar o mundo. Ambas as versões, seja o poder representado pelo mercado, seja pelo estatismo de uma classe, atendem seus interesses arrogando o monopólio do planejamento das ações de interesse público e desconsiderando seus principais titulares, os cidadãos. *“O estatismo tenta impor ao mercado e à sociedade civil a lógica do Estado. O neoliberalismo tenta impor ao Estado e a sociedade civil a lógica do mercado”*¹⁹.

A figura do político profissional, também está desgastada. De um lado esse é muitas das vezes, um demagogo por vocação, do outro é a pessoa “competente” que, enquanto os cidadãos gozam seus prazeres fúteis privados, ele “confisca” o poder, através de toda a estrutura legitimadora, e atende aos interesses de seu partido, que por sua vez atende os de suas alianças, de seus financiadores, seus próprios etc. que se em última instância atendessem aos interesses da sociedade, não dariam conta da pluralidade em que ela se apresenta na atualidade.

Por esses e outros motivos que demonstram a insuficiência do modelo tradicional da democracia representativa, que vem surgindo, cada vez com mais força, propostas de se reinventar a democracia num contexto de justiça global. Por uma democracia mais verdadeira em que o cidadão exerça a cidadania muito além do voto. O que de certa forma já vem ocorrendo através dos novos espaços públicos de participação social. Por uma democracia que considera a pluralidade da sociedade atual, aceitando-se como uma construção cotidiana – não como um projeto ideal acabado que vai dar conta do mundo – mas algo que aceite e conviva nas diferenças dos humanos e nas mudanças do mundo.

O que estamos presenciando é definitivamente uma desilusão sobre as possibilidades de mudar o mundo tomando o controle do Estado. Mas parece-me que esse é realmente um sinal positivo, e que de fato estamos vivendo um momento muito esperançoso. Porque a antiga estratégia de mudar o mundo apoderando-se do Estado – que em última análise não passa

de um mecanismo de violência – sempre foi criticamente defeituosa. Existem motivos pelos quais um dia ela pode ter parecido realista. Mas nunca poderia funcionar realmente. O fato de os revolucionários e os reformadores sociais a estarem abandonando amplamente abrirá, em última instância, um mundo de possibilidades. Ele nos permite, por um lado, repensar completamente o que entendemos pelo termo ‘democracia’²⁰.

UM NOVO ENREDO

Conforme ressalta Liszt Vieira “o ponto de partida da prática democrática passa a ser a própria sociedade, vista como origem do poder”²¹, o poder deve emanar do povo. Uma proposta de se modernizar a sociedade civil para combater as tradicionais estruturas de dominação e exclusão que se apresentam incrustadas na sociedade dentro e fora do aparelho Estatal.

Essa análise remete ao movimento cidadão que retoma as reivindicações dos movimentos sociais como o feminismo, o pacifismo, o ambientalismo, fundindo-os com as propostas do movimento operário de redistribuição de renda, redução da carga horária de trabalho, direitos sociais; unificando-os pela cidadania. Esse movimento não objetiva o afrontamento com o Estado e nem a tomada de poder do mesmo, reconhecendo o seu poder e o do mercado dentro de uma legitimidade democrática. Constitui na construção da sociedade civil face ao Estado e ao Mercado, seu eixo central²².

Para a materialidade de sua proposta, essa democracia cidadã deve ser mais do que um status legal, mas o elemento central de uma cultura política compartilhada. O Estado deverá ampliar sua eficácia não apenas de aperfeiçoamentos técnicos e burocráticos de sua governabilidade, mas principalmente democratizando todas as suas instituições e abrindo canais permanentes de comunicação e participação da sociedade civil nas decisões com uma verdadeira descentralização do poder através de espaços-públicos não estatais como condição para a democracia contemporânea²³.

A realização desse modelo (que já se encontra como uma tendência na realidade social), requer transparência absoluta das atividades do Estado e o seu controle irrestrito pela sociedade. Para tanto são necessários instrumentos que combinem as instituições atuais com mecanismos de participação efetiva e deliberativa como: consultas, referendo, plebiscito e espaços de participação paritárias que comportem elementos do poder público e da sociedade civil, como as instituições conselhistas.²⁴

Em direções similares se dão os apontamentos de Boaventura de Souza Santos. Primeiro quanto

a um novo contrato social, que deve englobar não apenas o homem e os grupos sociais, mas também a natureza. Essa inclusão se daria por critérios de igualdade e de diferença e incluiria o espaço-tempo local, regional e global – um pouco da máxima ambientalista de pensar globalmente e agir localmente – também não haveria uma sede própria para a sociedade civil e o estado, o público e o privado; e nem uma materialidade institucional específica como cultura, política e economia, fundando-se na deliberação democrática enquanto exigência cosmopolita²⁵.

Na esfera do trabalho, este deveria ser democraticamente compartilhado, sabendo partilhar da atividade criadora do mundo com o trabalho da natureza. O trabalho deveria ser redistribuído em nível global através de redução de carga horária e de uma cidadania global desnacionalizada. Outros pontos que fortaleceriam o trabalho seriam a separação do trabalho produtivo e economia real de um lado e capitalismo financeiro (economia de cassino) de outro; a adoção de impostos globais que desacelerem o espaço-tempo das relações de cambio; perdão da dívida externa dos países pobres e reinvenção do movimento sindical que se tornou demasiadamente institucionalizado e deixou de ser movimento.²⁶

Boaventura concebe no seu modelo o Estado como um “*novíssimo movimento social*” que se representaria como uma luta pela democratização das tarefas de coordenação estatal. A perda Estatal do monopólio regulatório da economia seria compensada pelo fortalecimento da cidadania ativa, sendo que, nesse estado vigoraria uma democracia redistributiva que se daria por uma complementação da democracia representativa por uma participativa, de maneira similar à proposta anterior. Para esse Estado, fundado na solidariedade, deveria haver uma cooperação entre Estados na busca da redução das desigualdades, onde o espaço-tempo nacional se estenderia ao global.²⁷

O filósofo Jürgen Habermas, herdeiro e expoente da segunda geração da Escola de Frankfurt, projeta-se em um ideal de democratização da sociedade sob uma ótica emancipatória e universalizável. Fundamentado por sua teoria do discurso, Habermas sustenta a idéia da necessidade de espaços públicos independentes onde os cidadãos ativos, através do discurso argumentativo, produziram consensualmente as leis que vigorariam na sociedade.²⁸

A concepção de mundo da vida para Habermas, local de onde emerge a moral, se traduz por três componentes estruturais, sendo: a cultura como estoque de saber da comunidade; a sociedade (integração social) como o conjunto de ordenamentos legítimos

pelos quais são reguladas as solidariedades dos membros da comunidade; e, a personalidade representando as identidades pessoais que qualificam o viver em sociedade; Habermas propõe que essas relações sociais ocorrem por um processo mediatizado lingüisticamente, onde os indivíduos interagem organizando suas ligações recíprocas e coordenando seus projetos de ação. Para esse fenômeno Habermas designou o termo “agir comunicativo”.²⁹

Para Habermas existe um nexos interno entre a democracia e o Estado de direito. Ao considerar a complexidade da sociedade contemporânea – essencialmente pluralista – Habermas percebe que a legitimação do direito, de uma maneira ideal, só se concebe através do processo democrático, pois apenas esse garante a autonomia privada e pública dos sujeitos do direito. Ou seja, o processo democrático, permite que os direitos sejam formulados de maneira adequada, uma vez que os afetados pela imposição política desses direitos, foram esclarecidos em discussões públicas sobre a sua relevância e esses direitos são consequência de um consenso mediatizado por discussões regradas.³⁰

Na proposta habermasiana os participantes do discurso, em um espaço público autônomo, são conduzidos, na discussão argumentativa, por regras pertinentes a um discurso prático, devendo ser orientados por princípios. No caso, é imposto um princípio de universalização que pressupõe que interesses que não são universalizáveis não podem ser pautados como fundamentação de normas legítimas. Supõe que as normas são racionalmente validáveis e suscetíveis de serem falsas ou verdadeiras, sendo frutos de um consenso fundado num discurso conduzido por uma regra de argumentação prescrita no que Habermas denomina princípio “U”:

*Toda norma válida deve satisfazer a seguinte condição: as conseqüências e os efeitos secundários que presumivelmente afetarão a satisfação dos interesses de cada um em particular, caso a norma venha a ser obedecida em geral, devem poder ser aceitas, sem constrangimento, por todas as pessoas afetadas*³¹

Por sua vez, o princípio de universalização justifica o da ética do discurso, ou princípio “D”, sendo este pressuposto pela escolha de normas fundamentadas, cuja pressuposição é o princípio “U”, compreendido como “princípio ponte”³². O enunciado do princípio “D” é: “são válidas as normas de ação com as quais poderiam concordar, enquanto participantes de discursos racionais, todas as pessoas possivelmente afetadas.”³³ As condições de validade das normas, são interpretadas por uma

comunidade, cujos membros se entendem entre si no interior de um mundo da vida compartilhado intersubjetivamente³⁴.

A teoria do discurso de Habermas traz elementos importantes para uma radicalização da democracia. Tendo o espaço público, como uma arena de discursos, independente do poder político do Estado, ele parte do pressuposto de que cidadãos conscientes e civicamente ativos agem pelo entendimento solidário e não pelo interesse pessoal. Essa reconstrução emancipatória racionalizada do espaço público, que contempla elementos pluralistas, discursivos, solidários e sobretudo participativos, é uma proposta condizente com as demandas coletivas das novas democracias, dentro do aspecto procedimental e ético que ela representa.

No entanto, ela se sustenta por pilares frágeis. Primeiro pela necessidade de uma “comunicação perfeita” que leva ao entendimento. A discussão regrada extrai os argumentos mais pertinentes que prevalecerão e daí deve ocorrer a aceitação pacífica, pelos participantes, desses preceitos. Segundo, ela pressupõe que os participantes ajam por interesses universalizáveis e não estritamente individuais, ou seja, que haja uma convergência de interesses individuais com o bem comum. Terceiro, que as normas decorrentes sejam obedecidas mais por “respeito à lei”, do que por coação uma vez que são advenientes de um consenso. Habermas embora seja contrário a “idealizações excessivas”, parece sustentar sua teoria em “ideais fortes”, que requerem mais do que uma tradição cultural, costumes estabelecidos, educação fortemente cívica e meios propícios... Portanto deve ser tomada apenas como um ideal procedimental, uma tecnologia democrática, que assegura mecanismos de participação de todos, sob igualdade de acesso e condições e na multiplicidade de conteúdos.

Os caminhos aqui sucintamente apontados, enredam o direcionamento para uma democracia contemporânea, conforme dito, mais condizentes com a sociedade atual e com a acepção da palavra, sem que isso encerre a discussão ou se apresente com algo que realmente venha a acontecer. Conforme a realidade se apresenta é difícil não lançar um olhar cético sobre as propostas idealizadas, por mais bem construídas que sejam e por mais que despertem um certo otimismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de uma constatada insuficiência da estrutura democrática tradicional, de uma falsa democracia a serviço do poder das elites globais, de um real totalitarismo quase imperceptível, a luta para superar os problemas desse “neocapitalismo” vem encontrando enormes dificuldades e se mostrando ainda muito distante dentro de um horizonte possível.

Primeiro a estrutura de poder global, o capitalismo

neoliberal é quase onipotente, podendo sofrer no máximo pequenas fissuras. Segundo, a sociedade de consumo domestica muito bem o ser humano, acorrentando-o dentro de sua própria vida individual e o alimentando bem com entretenimentos e prazeres que lhes amansa os anseios. Não que não haja anseios de melhoras ou necessidades reais, ou que todos estejam satisfeitos e não haja indignação, mas, as condições do mundo atual, de uma grande alienação de um lado e de uma imensa competição de outro, não apontam caminhos imediatos de mudanças o que acarreta a apatia e a incerteza generalizada daqueles que se vêm descrentes do sistema, mas o aceitam por não encontrarem alternativas.

No caso dos que se rebelam, se organizam em movimentos sociais, ONGs entre outros, vimos que – quando não almejam o poder para se tornarem a “mesma coisa de outro jeito” – é possível despertar uma ponta de esperança, condizente com o mundo multiculturalista e com as aspirações mais profundas de democracia. Conforme Tocqueville, deve haver um leito adequado, um “costume”, uma educação profunda que oriente na participação política efetiva. Deve ser considerada a condição humana em seus múltiplos aspectos, conforme Morin, para que modelos ideais sejam tomados como referências a serem seguidas e não projetos acabados a serem impostos. Observar a história para além da história tida como importante, que na verdade é excludente, e perceber que as relações de poder, hierarquização, violência, exploração etc. que acompanham a espécie humana nas diferentes culturas e meios, são muito mais distintas nos nomes que foram dados para dadas épocas, do que o são realmente (ainda que existam diferenças).

Os argumentos liberais, como os de Joseph Heath e Andrew Potter de que é impossível contestar o atual sistema capitalista, porque qualquer meio que se empregue para contesta-lo – na crença de que este requer o conformismo de seus consumidores – será absorvido por ele e vendido de volta para o subversivo. Na realidade se estaria alimentando o sistema partindo da competição entre os próprios rebeldes. Ou seja, uma subcultura subversiva, as rebeliões do tipo Fórum Social Mundial, um sistema alternativo de troca, um movimento social revolucionário, tudo isso faz parte da própria lógica interna do capitalismo. Desta forma seria mais significativo operar dentro do sistema político tradicional do que bater de frente contra ele gastando energia desnecessária com exigências radicais, e impossibilitando pequenas mudanças (ou alguma) pela via das políticas tradicionais³⁵.

Conforme ressalta David Graeber, “o argumento é perfeitamente circular. Ele define princípios a partir de sua conclusão”, mas confrontados com uma perspectiva histórica maior, perdem completamente o sentido – Graeber aponta as festas carnavalescas na era medieval, que zombavam dos senhores, mas que eram amplamente aceitas como forma de se liberar energia dos camponeses e que na realidade foram os maiores palcos das revoltas camponesas e contribuíram sobremaneira para produzir o mundo

de hoje – o que Graeber aponta é que não importa o quão forte o capitalismo possa parecer, ele não pode deter o tempo e mudanças estão vindo e sempre virão, independente dos valores que damos a elas (pior ou melhor).³⁶

A perspectiva de Graeber é de que a percepção dos revolucionários e reformadores sociais em não mais lutar pelo poder, e buscar radicalizar o processo democrático, despertam otimismo quanto a mudanças. Para ele, essas estruturas culturalistas – de auto-organização, de associação voluntária, de autonomia, de autogestão, de horizontalidade, os associativismos de uma forma geral e suas propostas subversivas – estão incrustadas nas fissuras do atual sistema e representam para ele a mais profunda democracia, a democracia sem poder, ou anarquia (conforme o autor, os rótulos não importam)³⁷.

O ideal de Graeber, assim como de outros apontados durante o texto, nos indicam uma direção mais ou menos uniforme quanto a uma realidade que vem se fazendo presente e se construindo a cada dia, seja através de novos espaços públicos autônomos, seja através dos movimentos sociais, de uma democratização e descentralização do poder estatal que projetam melhoras substanciais e não violentas, quanto a atual condição da sociedade. Ainda que não logrem êxito – de fato o poder não se torne algum dia do “povo” – essas propostas racionalizadas e aprimoradas com as vivências, vão modelando a realidade e contribuindo no caminhar progressista do mundo social.

BIBLIOGRAFIA

- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BUARQUE, Daniel. *O Averso do Averso*. IN Mais! Suplemento da Folha de São Paulo. P. 4-6. Em 14 de agosto de 2005
- CASTRO FARIAS, José Fernando de. *Ética, Política e Direito*. Rio de Janeiro: Lumens Júris, 2004.
- GRAEBER, David. *O Carnaval está em Marcha*. Trad. Luiz Roberto Mendes Gonçalves. IN Mais! Suplemento da Folha de São Paulo. P. 4-6. Em 14 de agosto de 2005
- HABERMAS, Jürgen. *O Cisma do Século XXI*. Trad. IN Mais! Suplemento da Folha de São Paulo. P. 4-6. Em 24 de abril de 2005
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre faticidade e validade*, vol I e II Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- MARX, Karl. *Textos Seleccionados; Os Pensadores*. 2.ed. Seleção de Francisco C. Weffort. Trad. Leonidas Gontijo de Carvalho et al. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

RANCIÈRE, Jacques et al. *A Descoberta da Democracia*. Trad. Luiz Roberto Mendes Gonçalves. IN Mais! Suplemento da Folha de São Paulo. P. 4-7. Em 31 de julho de 2005

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: *A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI*, Ed. Contraponto/Corecon, Rio de Janeiro, 1999.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. *A Democracia na América* Textos Seleccionados; *Os Pensadores*. 2.ed. Seleção de Francisco C. Weffort. Trad. Leonidas Gontijo de Carvalho et al. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Globalização*. São Paulo: Editora Record, 2000.

VIEIRA, Liszt. *Os Argonautas da Cidadania; A sociedade civil na globalização*. 4.ed. São Paulo: Editora Record, 2001.

NOTAS

1 VIEIRA, Liszt. *Os Argonautas da Cidadania; A sociedade civil na globalização*. 2001

2 BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. p. 21

3 VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Globalização*.

4 *Id.* *Os Argonautas da Cidadania; A sociedade civil na globalização*

5 HABERMAS, Jürgen. *O Cisma do Século XXI*. Trad. IN Mais! Suplemento da Folha de São Paulo. P. 4-6. Em 24 de abril de 2005

6 RANCIÈRE, Jacques et al. *A Descoberta da Democracia*. Trad. Luiz Roberto Mendes Gonçalves. IN Mais! Suplemento da Folha de São Paulo. P. 4-7. Em 31 de julho de 2005

7 TOCQUEVILLE, Aléxis de. *A Democracia na América* p.247

8 RANCIÈRE, Jacques et al. *A Descoberta da Democracia*. Trad. Luiz Roberto Mendes Gonçalves. IN Mais! Suplemento da Folha de São Paulo. P. 4-7. Em 31 de julho de 2005

9 TOCQUEVILLE, Aléxis de. *A Democracia na América* p.240

10 TOCQUEVILLE, Aléxis de. *A Democracia na América* p.222

11 RANCIÈRE, Jacques et al. *A Descoberta da Democracia*. Trad. Luiz Roberto Mendes Gonçalves. IN Mais! Suplemento da Folha de São Paulo. P. 4-7. Em 31 de julho de 2005

12 RANCIÈRE, Jacques et al. *A Descoberta da Democracia*. Trad. Luiz Roberto Mendes Gonçalves. IN Mais! Suplemento da Folha de São Paulo. P. 4-7. Em 31 de julho de 2005

13 TOCQUEVILLE, Aléxis de. *O Antigo Regime e a Revolução* p.336

14 TOCQUEVILLE, Aléxis de. *O Antigo Regime e a Revolução* p.334 e 335

15 RANCIÈRE, Jacques et al. *A Descoberta da Democracia*. Trad. Luiz Roberto Mendes Gonçalves. IN Mais! Suplemento da Folha de São Paulo. P. 4-7. Em 31 de julho de 2005

16 TOCQUEVILLE, Aléxis de. *A Democracia na América* p.300

17 MARX, Karl. Textos Seleccionados; *Os Pensadores*. 2.ed. Seleção de Francisco C. Weffort. Trad. Leonidas Gontijo de Carvalho et al. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

18 GRAEBER, David. *O Carnaval está em Marcha*. Trad.

Luiz Roberto Mendes Gonçalves IN Mais! Suplemento da Folha de São Paulo. P. 4-6. Em 14 de agosto de 2005

19 VIEIRA, Liszt. *Os Argonautas da Cidadania; A sociedade civil na globalização* p. 80

20 GRAEBER, David. *O Carnaval está em Marcha*. Trad. Luiz Roberto Mendes Gonçalves IN Mais! Suplemento da Folha de São Paulo. P. 4-6. Em 14 de agosto de 2005

21 VIEIRA, Liszt. *Os Argonautas da Cidadania; A sociedade civil na globalização* p.78

22 VIEIRA, Liszt. *Os Argonautas da Cidadania; A sociedade civil na globalização* 2001

23 VIEIRA, Liszt. *Os Argonautas da Cidadania; A sociedade civil na globalização* 2001

24 *Id. Ibid.*

25 SOUZA SANTOS, Boaventura de. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: *A Crise dos Paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI*, 1999.

26 *Id. Ibid.*

27 *Id. Ibid.*

28 HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre faticidade e validade*, v.I

29 *Id. Ibid.*

30 *Id. Ibid.*

31 HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre faticidade e validade*, vol II. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. pág.322

32 CASTRO FARIAS, José Fernando de. *Ética, Política e Direito*. Rio de Janeiro: Lumens Júris, 2004. pág.76

33 HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre faticidade e validade*, vol II. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. pág.323

34 HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre faticidade e validade*, v.I.

35 BUARQUE, Daniel. *O Averso do Averso*. IN Mais! Suplemento da Folha de São Paulo. P. 4-6. Em 14 de agosto de 2005

36 GRAEBER, David. *O Carnaval está em Marcha*. Trad. Luiz Roberto Mendes Gonçalves IN Mais! Suplemento da Folha de São Paulo. P. 4-6. Em 14 de agosto de 2005

37 *Id. Ibid.*